

O PROGRAMA NUCLEAR DA ÁFRICA DO SUL DO APARTHEID E SEU IMPACTO NA ÁFRICA AUSTRAL

Jo-Ansie van Wyk¹

Atividades ligadas ao projeto nuclear do Apartheid na África Austral têm uma longa história. Além de, entre outros, o desenvolvimento e a existência de pelo menos seis dispositivos nucleares (o que foi negado durante décadas), a África do Sul utilizou um local para testes nucleares no deserto de Kalahari, na fronteira com o Botsuana, fez uso do urânio da África do Sudoeste (hoje Namíbia independente), e empregou uma estratégia de dissuasão nuclear em resposta ao apoio da União Soviética a Angola e aos movimentos de libertação da região. Isso suscitou respostas do chamado grupo dos Estados da Linha de Frente, bem como dos membros da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC). Portanto, o objetivo desta contribuição é determinar a extensão das atividades nucleares da África do Sul, bem como o seu impacto sobre a região a partir de meados dos anos 1970 até 1991. Abrange o período desde o colapso do regime Português em 1974 e seu efeito dominó em África Austral, a desintegração da União Soviética e do término da Guerra Fria.

Apartheid e a região

Alimentada pelo nacionalismo branco, pela condenação internacional e pelo isolamento do Partido Nacional (PN), o governo da África do Sul

¹ Professora de Política Internacional na Universidade da África do Sul (Unisa), Pretoria, África do Sul.
E-mail: vwykjak@unisa.ac.za.

convenceu-se de que o poder branco na África Austral estava ameaçado por movimentos de libertação africanos apoiados pela União Soviética e Cuba. Excursões lideradas pelos sul-africanos em Angola da África do Sudoeste aumentaram no final da década de 1960 e, com o apoio da África do Sul ao governo de Ian Smith na Rodésia, no início da década de 1970 marcou novas fronteiras no esforço de manter o regime branco na região. Em um esforço para estabelecer ligações com outros países africanos para combater o apoio aos movimentos sul-africanos de libertação pró-soviéticos, a "uitwaartse beleid" (política externa) do primeiro-ministro John Vorster de acomodação e de diplomacia ou détente começou no início de 1970 (Wallenstein 1971 , 85-99). O objetivo da détente de Vorster foi convencer os Estados da África Austral que as políticas do apartheid da África do Sul não eram uma ameaça para a estabilidade regional. No entanto, as iniciativas do Vorster foram de curta duração.

O colonialismo português na África terminou em 1974 com o golpe militar em Portugal em 25 de abril. Uma das consequências imediatas do golpe foi que os chamados "Estados tampão" entre a África do Sul e o resto da África com governos negros passaram a estar sob grande ameaça com a independência de Angola e Moçambique, e os desenvolvimentos na Rodésia. O apoio cubano ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) assegurou a vitória deste em Angola. O recém-independente Moçambique, sob a liderança da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), assinou um acordo de cooperação com a União Soviética. Para a África do Sul, isto criou novas inseguranças nas fronteiras (incluindo a África do Sudoeste) enquanto movimentos de libertação marxistas e comunistas tomaram o governo desses países (Saunders e Onslow 2009, 225). Em um esforço para conter o que foi visto como uma ameaça comunista para a África do Sul, o país interviu militarmente em Angola em 1975.

A partir da metade dos anos 1970, os conflitos na África Austral eram predominantemente resultado de rivalidades ideológicas entre as superpotências da Guerra Fria, notadamente o Estados Unidos e a União Soviética. A percepção dos governos de minoria branca na África do Sul e na Rodésia era de que o apoio da URSS aos movimentos de libertação negros aumentava a ameaça comunista àqueles regimes brancos. Estas percepções de ameaça se tornaram a justificativa para, entre outras coisas, ações militares

transfronteiriças contra países que apoiavam os movimentos de libertação. Com o apoio soviético aos movimentos de libertação e aos governos na África Austral, o governo sul-africano percebeu que teria que enfrentar a influência deste Goliás nuclear na região.

Em um esforço para conter a percebida tendência comunista na região, a África do Sul recuou em um *laager*² nuclear. A próxima seção destaca o estabelecimento e o desenvolvimento do programa de armas nucleares na África do Sul antes de analisar a política regional do país. Depois disso, o artigo trata de três estudos de caso (Angola, Botsuana e África do Sudoeste) para ilustrar o impacto do programa nuclear da África do Sul na região.

O *laager* nuclear

O interesse da África do Sul no desenvolvimento de energia nuclear pode ser verificado desde 1940. A África do Sul tem uma das maiores reservas de urânio do mundo. A exploração de urânio começou em 1950 quando a empresa Anglo-American e a Agência de Desenvolvimento Combinado instalaram equipamentos nas minas sul-africanas para produzir óxido de urânio (Väyrynen 1977, 35). A África do Sul começou a fornecer urânio para o Reino Unido e os EUA a partir de 1953. Em meados de 1970, a África do Sul mantinha uma posição de destaque em termos de recursos comprovados de urânio (ver tabela 1).

Um dos eventos mais significativos neste processo foi a inauguração pelo Primeiro Ministro Hendrik Verwoerd do primeiro reator nuclear no continente africano, a Instalação sul-africana de Pesquisa Atômica Fundamental-1 (SAFARI-1), em 1965, alguns anos depois do banimento do Congresso Nacional Africano (CNA). Ainda que a África do Sul tenha mantido sua postura sobre a preferência pelo uso pacífico da política nuclear, a política doméstica de Verwoerd logo se tornou um assunto de preocupação

²Um *laager* é um cercado e uma referência ao posicionamento de carroças de boi durante o Grande Trek tendo como objetivo aumentar a segurança.

internacional. A ênfase de seu governo no apartheid logo resultou em condenação internacional ao país e, por fim, em isolamento.

Em 1970, o Primeiro Ministro John Vorster anunciou que o Conselho de Energia Atômica (AEB) da África do Sul desenvolvera um novo processo de enriquecimento de urânio. Ainda que Vorster sustentasse que os objetivos do programa nuclear da África do Sul eram para fins pacíficos, tal como geração de energia, a África do Sul não se limitava à promoção do uso pacífico da energia nuclear.

Tabela 1: Recursos estimados de urânio no mundo (Janeiro de 1975)

País	Reservas asseguradas (mil toneladas)	Reservas adicionais estimadas (mil toneladas)
EUA	320	500
Australia	243	80
África do Sul	186	6
Canadá	144	324
Níger	40	20
França	37	25
Gabão	20	5
Outros	80	35

Fonte: Väyrynen (1977, 36)

Em 1976, a primeira planta de enriquecimento de urânio da África do Sul, Valindaba, foi finalizada com a ajuda da Alemanha Ocidental (Väyrynen 1977, 40). Ainda que o programa de explosivos nucleares da África do Sul “oficialmente ainda visasse fins pacíficos até 1977 [...] a ênfase mudou oficialmente para a de uma capacidade estratégica de dissuasão” (Stumpf 1995. Tradução nossa) quando a percepção de ameaça do governo pelo Partido Nacional (PN) aumentou, a guerra de fronteira intensificou-se e o controle violento de forças democráticas domésticas aumentou ainda mais no país. Como complemento desta mudança, em abril de 1978, o Primeiro Ministro John Vorster aprovou uma estratégia de dissuasão de três fases para a África do Sul (ver figura 1).

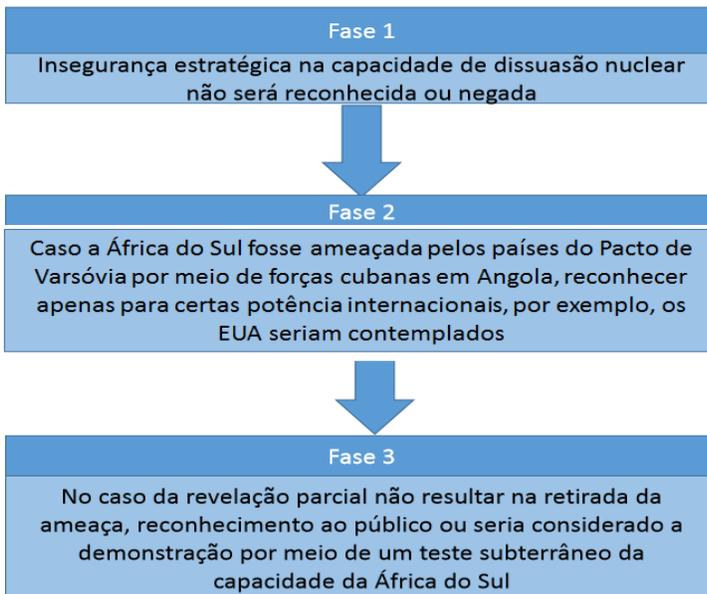
Mais pertinente foram os resultados do programa de armas nucleares da África do Sul que sustentaram a estratégia de dissuasão. Ainda que negado por décadas, o programa gerou resultados significativos. O primeiro dispositivo sul-

africano foi completado em 1978 com outros sendo terminados em um “ritmo ordenado, de menos de um por ano” (Stumpf 1995). O primeiro bombardeiro foi concluído em 1982 e finalmente seis dispositivos nucleares foram produzidos (De Klerk 1993).

Política Regional da África do Sul

Em 1977, os gastos com defesa da África do Sul aumentaram em 21,3%, atingindo 18% do orçamento total (Betts 1979, 97), na sequência da implementação do embargo de armas obrigatório da ONU de 1977. A política regional da África do Sul de desestabilização e seu programa de armas nucleares suscitaram várias respostas dos países da região. Estas respostas variaram de ação diplomática para isolamento diplomático (como resultado de, dentre outros, sanções da Organização da Unidade Africana, OUA, e das Nações Unidas). Além disso, as respostas também incluíram o apoio governamental aos movimentos de libertação que lutavam contra o governo PN na África do Sul.

Figura 1: Estratégia trifásica sul-africana de dissuasão nuclear:



Fontes: De Klerk 1993; Stumpf 1995.

A presença da África do Sul na África do Sudoeste foi discutida em diversos detalhes (ver, por exemplo, Seiler 1982). A duplicação do Apartheid na África do Sul foi recebida com condenação nacional e internacional feroz. A África do Sul foi frequentemente acusada de "ocupação ilegal" da Namíbia (então conhecida como África do Sudoeste) e a "aquisição ilegal de urânio da Namíbia" (IAEA 1984, 1). Para a África do Sul, os resultados da Corte Internacional de Justiça (CIJ) de 1966 sobre o caso apresentado pela Libéria e pela Etiópia contra o país foram vistos como uma justificativa para o envolvimento da África do Sul na África do Sudoeste (Seiler 1982, 691).

Botsuana: "Até agora, e nunca mais"

Botsuana faz fronteira com a África do Sul e com a Namíbia. Enquanto Angola testou a supremacia aérea da África do Sul, Botsuana, um país sem litoral e árido, estava nas proximidades da instalação de testes subterâneos da África do Sul, que ficava na fronteira entre a África do Sul, a África do Sudoeste e Botsuana. Como parte do "Vreedsame Plofstof Projek" ('VP Projek' ou o Projeto de Explosivos Pacíficos) da África do Sul, o Conselho de Energia Atômica adquiriu a fazenda Vastrap, ao norte da cidade Upington no deserto do Kalahari na fronteira com Botsuana, na década de 1970, como um local de demonstração (Slabber 2012)³. A construção da Faixa de Teste de Vastrap, que incluiu dois poços de teste (238m e 385m de profundidade, respectivamente) e foi concluída em 1976 e 1977 (Venter 2008, 205), passou largamente despercebida⁴. Um teste chamado de "frio" estava marcado para meados de 1977, mas foi impedido por circunstâncias imprevistas.

Logo após sua nomeação como Ministro das Relações Exteriores, Pik Botha recebeu uma visita do embaixador dos EUA em Pretória, em abril de 1977 (Botha 2008, 10). Durante a reunião, o embaixador Happlethwaite, de acordo com Botha, espalhou "10-12 fotografias" na sua mesa, perguntando para Botha o que as imagens representavam. Botha reconheceu uma "grande furadeira em uma região árida [Deserto do Kalahari] cavando um buraco bem

³ Johan Slabber passou a fazer parte da AEB e da AIEA em 1994.

⁴ Vastrap é uma palavra em Afrikaans que significa cavar nos calcanhares de alguém ou manter sua posição.

grande". Botha percebeu que eram fotos soviéticas enviadas para os norte-americanos e comprometeu-se a discutir o assunto com o Primeiro Ministro. Vorster, de acordo com Botha, estava "chateado". Advertido de mais represálias internacionais contra a África do Sul, Botha e Vorster decidiram concluir a perfuração e "remover todas as provas".

Com as políticas regionais de Pretória sofrendo uma escalada em meados dos anos 1970, a atenção internacional sobre as ambições nucleares da África do Sul foi trazida a foco em agosto de 1977, quando um satélite espião soviético, Cosmos 922, detectou o que parecia ser um local de teste nuclear subterrâneo no deserto de Kalahari (ONU 1991, 8). Em 6 de agosto de 1977, o líder soviético, Leonid Brezhnev, enviou uma mensagem ao presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, sobre a detecção pela URSS do que parecia ser um posto sul-africano de teste nuclear subterrâneo no Kalahari. Em um discurso ao Parlamento, em 24 de agosto de 1977, o primeiro-ministro Vorster passou a acusar os EUA, o Reino Unido e a União Soviética de "discriminação flagrante contra a África do Sul" e acusou a União Soviética de ter "padrões duplos" em acusar a África do Sul "de estar preparando uma explosão nuclear", enquanto ela mesma estava testando armas nucleares. Vorster (Barber e Barratt 1990, 241), em seguida, emitiu uma severa advertência: "Se estas coisas [denúncias, critérios duplos] continuarem, vai chegar o momento em que a África do Sul não terá opção, pequena como já é, para dizer ao mundo: Até agora, e não mais, façam seu extremo se assim o desejarem". Em resposta à reação internacional (principalmente pelos governos dos EUA, do Reino Unido, da França e da Alemanha Ocidental) à alegação Soviética e ao primeiro-ministro Vorster em um discurso no Parlamento, o Departamento Sul-Africano de Relações Exteriores emitiu uma carta confidencial a todos Chefes de Missões Sul-Africanas, confirmando que tinha "oficialmente informado" o Reino Unido, os EUA e os governos alemão e francês, que:

A África do Sul não tem e não pretende desenvolver qualquer dispositivo de explosão nuclear para qualquer fim, sendo ele pacífico ou não. A localidade no Kalahari não é uma instalação de testes de explosões nucleares. Não haverá qualquer teste nuclear de qualquer tipo na África do Sul (DFA 1977, 1. Tradução nossa).

A África do Sul estava mal preparada para a reação internacional ao incidente do Kalahari. Em resposta a relatos no *Washington Post*, em um telegrama – datado de 31 de agosto de 1977 intitulado "ULTRA SECRETO" sobre "África do Sul e a Bomba" – para o Secretário das Relações Exteriores, a embaixada sul-africana em Washington referiu-se à “enxurrada” ocasionada pelo evento (South Africa 1977, 1)⁵. O telegrama também se referia aos comentários do presidente dos EUA, Carter, no *Washington Post*. O telegrama afirmava que o efeito do anúncio de Carter "foi o de fazer a comunidade internacional acreditar que a África do Sul fabricou um dispositivo nuclear, que ainda não foi testado" (South Africa 1977, 1). O telegrama concluiu que "este, sem dúvida, implicou um novo divisor de águas nas relações internacionais da África do Sul. Nada mais pode ser o mesmo de novo, a África do Sul tornou-se a sétima potência nuclear, mesmo que não seja reconhecida como tal. A declaração de Carter [no *Washington Post*] é uma confirmação tácita dessa ideia" (South Africa 1977, 1). O telegrama também afirmou que é “muito cedo para avaliar as implicações deste divisor de águas em nossas relações externas” (South Africa 1977, 2). No entanto, o telegrama afirmou que a África do Sul pode esperar aumento da condenação internacional e, possivelmente, sanções do Capítulo VII contra ela; e que a visão dos EUA e da URSS, com o apoio da Europa Ocidental, é "mais uma prova do grau de isolamento da África do Sul", e que a África do Sul estava "muito mais exposta do que nunca antes em sua história" (South Africa 1977, 2-3). O telegrama concluiu sugerindo que toda a situação poderia ser "neutralizada até certo ponto" se a África do Sul pudesse mostrar “ao mundo que a instalação de Upington, supostamente identificada como um local de testes nucleares, não era de fato algo do tipo” (South Africa 1977, 4).

Pressionada pelos EUA, a África do Sul foi avisada para não se comprometer em não testar dispositivos nucleares. Em uma entrevista ao programa da *ABC News*, "Questões e Respostas", em outubro de 1977, o Primeiro Ministro Vorster negou que ele se comprometeu com o presidente Carter que a África do Sul não desenvolveria armas nucleares (Rand Daily Mail 1977).

⁵ Na época, Donald Sole servia como embaixador da África do Sul em Washington.

A detecção de um local de testes nucleares subterrâneo no Kalahari e o chamado “flash duplo” sobre o incidente no Atlântico Sul não deixou dúvidas de que a África do Sul de fato tinha uma capacidade nuclear. Para os Estados africanos, estes incidentes confirmaram as intenções nucleares da África do Sul no continente (Saxena, 1998). Por isso, vários Estados africanos, incluindo Egito e Nigéria, embarcaram em uma campanha global para forçar o governo sul-africano a desmantelar seu programa de armas nucleares e alterar sua política doméstica. A campanha incluiu ações diplomáticas, sanções da ONU e resoluções da OUA contra a África do Sul. Enquanto a maioria dos Estados africanos mantinha a retórica de uma África desnuclearizada e a ideia de uma África do Sul pós-apartheid continuou inabalável, um pequeno número de Estados africanos iniciaram o desenvolvimento de sua própria capacidade nuclear quando o Egito, Líbia e Nigéria começaram com programas de desenvolvimento nuclear em meados da década de 1970 (Oyebade 1998, 97).

O *Groot Krokodil* e o ataque total

P.W. Botha, chamado *die Groot Krokodil* (o Grande Crocodilo), foi eleito primeiro ministro em 1978 e iniciou o conceito de um "ataque total" contra a África do Sul pela União Soviética e seus aliados na região. Em resposta a isso, o governo de Botha aprovou a Estratégia Total. A decisão de desenvolver armas nucleares foi tomada em 1978 por um pequeno grupo de tomadores de decisão que constituíam o chamado Comitê Witvlei. Presidido pelo primeiro ministro P.W. Botha, o Comitê de Witvlei também incluiu o ministro da mineração (FW de Klerk), o ministro de Relações Exteriores (Pik Botha), os ministros das Finanças e da Defesa, o presidente da Armscor (Comandante Marais), Dr Wally Grant (AEB) (sucedido pelo Dr. Wynand de Villiers), e o diretor geral do Departamento de Relações Exteriores (DFA), Dr. Brand Fourie como secretário. Depois de um mês de sua eleição, Botha criou uma comissão de gabinete para supervisionar os aspectos militares dos dispositivos nucleares. Em uma reunião do comitê de 31 de outubro de 1978, foi decidido que a Armscor, a Força de Defesa e da AEB deveriam começar a cooperar e preparar um projeto ultra-secreto para iniciar um programa de armas nucleares (Gould 2009, 91-93). Isso resultou em um relatório da CIA, agora desclassificado, (1984, 15)

observando que, desde 1977, a África do Sul tem seguido uma política de “ambigüidade calculada” em relação às suas intenções nucleares ao “dar a entender que ela teria a capacidade de produzir armas nucleares, enquanto negando qualquer interesse em fazê-lo”. Assim, a África do Sul iniciou o desenvolvimento de armas nucleares como a "medida defensiva final" (Saunders e Onslow 2009, 225), apesar de décadas de negativas públicas por parte do governo sul-africano.

Em 1980, a crescente condenação e isolamento internacional resultou, entre outros, na perda do lugar da África do Sul no Conselho de Governantes da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em 1977, apesar do país ser um membro fundador. Seguiu-se a rejeição das credenciais da delegação sul-africana em 1979 na Conferência Geral da AIEA. O isolamento da África do Sul foi solidificado pelo fato de que, desde 1979, a Comissão de Desarmamento da ONU manteve a questão da capacidade nuclear da África do Sul em sua agenda anual. Além disso, as sanções econômicas contra a África do Sul tiveram resultados adicionais. Considerando que a produção de urânio do país atingiu o pico em 1980-1981, quando forneceu 14% do total mundial, este número caiu para 8% em 1989; em parte devido à perda pelo país da rentável mina de urânio de Rössing, na Namíbia, que produzia uma renda anual de US\$ 350 milhões para a África do Sul (ONU 1991, 13).

Após mais apelos para a África do Sul encerrar o apartheid e seu programa de armas nucleares, e aderir ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), o país defendeu que não era “por princípio, contrário ao TNP, desde que a seus requisitos básicos pudessem ser atendidos” (DFA 1981). África do Sul também afirmou que, apesar de não ter aderido ao TNP, conduziu seus “assuntos nucleares” em consonância com o “espírito, os princípios e os objetivos do TNP” (DFA 1981). Além disso, o governo Sul-Africano também indicou que, na presença de uma ameaça pela União Soviética e seus aliados na região e, na ausência de apoio da ONU para a África do Sul, o país “não pode, no interesse da sua própria segurança, assinar o TNP” (DFA 1981).

Em 1980, o impacto da política regional da África do Sul resultou em grandes desenvolvimentos na região e tinha sido amplamente condenado. Um estudo realizado pelo Secretário-Geral da ONU divulgado em 1980 concluiu que a política de apartheid do PN colocou a “maior ameaça” para a paz na África

Austral. O relatório concluiu que "a maior ameaça para a paz na região decorre da negação do regime racista de direitos básicos para a esmagadora maioria da população e sua inclinação a utilizar fortes meios repressivos, tanto interna como externamente, para preservar os seus interesses e privilégios" (ONU 1991). O relatório também citou possíveis razões para o programa de armas nucleares da África do Sul, ou seja, "como um impedimento ou um instrumento de intimidação contra os vizinhos; como uma afirmação de desafio e desespero (presumivelmente um dispositivo de último recurso); e como forma de intimidar negros sul-africanos e diminuir o risco de agitação interna enquanto impulsionar a moral dos brancos sitiados". O relatório também sugere que a África do Sul, "ao invés de implantar ou abertamente testar armas nucleares, poderia tentar seguir e explorar uma política de ambiguidade da proliferação latente" (ONU 1991).

Em 1991, a ONU, mais uma vez, debateu a política regional da África do Sul. Explicou-se que a ênfase regional da África do Sul na coerção e ameaça está profundamente enraizada na "dúvida profunda sobre as perspectivas para a viabilidade a longo prazo" do apartheid. A ONU declarou que é esta "ligação" entre o regime doméstico e suas táticas de força regional que caracterizaram as relações da África do Sul com seus vizinhos. Em outras palavras, a coerção interna da África do Sul era duplicada regionalmente (ONU 1991, 38).

Embora a Comissão da Verdade e Reconciliação (TRC) tenha investigado o programa de armas químicas e biológicas da África do Sul, ela não investigou o programa de armas nucleares. Esta é uma falha inerente do mandato do TRC, que foi investigar apenas os abusos de direitos humanos individuais. A extensão do impacto das políticas regionais da África do Sul está contido no relatório da TRC sobre os pedidos de anistia das forças de segurança do governo do PN. Abrangendo o período de 1960-1994, o TRC concluiu que "as regiões para além das fronteiras da África do Sul suportaram o peso da guerra contra-revolucionária travada pelas forças de segurança sul-africanas, incluindo a polícia, as forças de defesa e inteligência" (TRC 2003, 182).

Apesar de apenas 293 membros das forças de segurança do apartheid terem requisitado a anistia, a extensão das políticas regionais do país são claramente ilustradas nestes poucos casos. Dos 293 membros que requisitaram a anistia, apenas 31 serviram como membros das Forças de Defesa Sul-Africanas

(SADF). Estes 293 membros requisitaram a anistia para um total de 550 incidentes, que incluíam 73 incidentes fora da África do Sul. Estes incidentes externos ocorreram em Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, África do Sudoeste/Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Reino Unido, Zâmbia e Zimbábue (TRC 2003, 182-191). A operação das forças de segurança nestes países incluíam, dentre outros, assassinatos, sequestros, bombardeios e incursões transfronteiriças com o objetivo de desestabilizar países apoiadores e/ou que forneciam hospedagem às forças de libertação sul-africanas. O TRC, por exemplo, recebeu 114 pedidos de anistia de membros das forças de segurança envolvendo 889 mortes. Como a Tabela 2 indica, um grande número (684) dessas mortes ocorreu fora da África do Sul.

Tabela 2: Assassinatos pelas Forças de Segurança Sul-Africanas for a da África do Sul

Período	Número de Mortes
1970-1979	627
1980-1984	13
1985-1989	44
Total	684

Fonte: TRC (2003, 192)

As forças de segurança sul-africanas também realizaram várias incursões transfronteiriças na região (ver Tabela 3). Vários sequestros transfronteiriços também ocorreram. Destes, foram recebidos pedidos de anistia para 80; 17 deles ocorreram fora da África do Sul (TRC 2003, 204-205).

Além destas, outras operações conjuntas realizadas pelas Forças Especiais e pelo Departamento de Segurança incluíram o bombardeio de duas casas em Mbabane, Suazilândia, em 4 de junho de 1980; o sequestro na Suazilândia, e tortura subsequente do membro do CNA Dayan "Joe" Pillay em 19 de Maio de 1981; um ataque à casa de Nat Serache em Gaborone (13 de fevereiro de 1985); explosão de um carro-bomba que matou Vernon Nkadimeng (também conhecido como Rogers Mevi) em 14 de Maio de 1985 em Gaborone; um ataque a Aubrey Mkhwanazi (também conhecido como Take Five) e Sadi Pule em 31 de dezembro de 1986, em Gaborone; um carro-bomba que matou Mmaditsebe Phetolo e dois filhos em 9 de Abril de 1987, em Gaborone (o

chamado carro-bomba McKenzie); uma bomba no Motel Oasis em Gaborone que não detonou, mas foi destinada para o fazer em agosto ou setembro de 1987); um carro-bomba visando a célula do Escritório de Operação Civil do Zimbábue (CCB) em Harare, em 11 de Janeiro de 1988 (a chamada Operação Bulawayo); uma operação de perseguição em Botsuana após a descoberta de um esconderijo de armas em Krugersdorp, em 28 de Março de 1988 (TRC 2003, 212-216).

Tabela 3: Sequestros transfronteiriços pelas Forças de Segurança Sul-Africanas

Data	Cidade/País	Força de Segurança
30 de janeiro de 1981	Matola, Moçambique	SADF – forças especiais
9 de dezembro 1982	Maseru, Lesoto	SADF- forças especiais
23 de maio de 1983	Matola, Moçambique	SAAF
14 de junho de 1985	Gaborone, Botsuana	SADF – forças especiais
19 de dezembro de 1985	Maseru, Lesoto	Departamento de Segurança
19 de maio de 1986	Botsuana, Zâmbia & Zimbábue (os chamados sequestros EPG)	SADF
Abril de 1990	Botsuana (o chamado incidente Chand)	Vlakplaas operações

Fonte: TRC (2003, 196; 220)

Angola: A justificativa para os mísseis balísticos de ponta nucleares

O caso de Angola é único na África Austral uma vez que era tanto o teatro de batalha para a guerra convencional e para a Guerra Fria na região. O apoio cubano e soviético aos movimentos de libertação como à Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO) e ao CNA em Angola, em luta contra a SADF, culminou em uma guerra convencional em grande escala a partir de meados de 1970 até 1989, quando a Namíbia tornou-se independente.

Uma vez que ficou claro que as partes no Acordo de Alvor em Angola - o MPLA, a FNLA e UNITA - não estavam preparadas para governar conjuntamente Angola (após os portugueses deixarem o país) até 11 de

novembro de 1975, o governador português cedeu e deu prioridade ao MPLA. Em Angola, isso resultou em uma guerra civil com o MPLA (agora no governo) que estava sendo assistido por tropas cubanas para estabilizar o país. A UNITA, de acordo com Pik Botha (então embaixador da África do Sul em Washington, EUA), solicitou a assistência da África do Sul contra o MPLA e a ofensiva cubana (Botha 2008, 2). Na África do Sul a pergunta era: "onde os cubanos iriam parar?" (Botha 2008, 2).

O programa de desenvolvimento de mísseis da África do Sul começou em 1963 e resultou na fabricação de Valkiri, com 22km de alcance (um foguete de artilharia superfície-superfície tático) e o V3 Kukri de alcance entre 4 e 10 km (um míssil tático ar-ar) (ONU 1991, 18). Com o ganho de experiência na fabricação de mísseis da África do Sul, um local de teste de mísseis foi construído em St. Lucia (perto da fronteira com Moçambique), em 1968. O governo do PN também começou o desenvolvimento de um míssil balístico de um único estágio de alcance intermediário (IRBM), o primeiro do que ficou conhecido como a série de mísseis da República da África do Sul (RSA) (ver Tabela 4). Esta iniciativa fez parte de um programa de um veículo espacial com lançamento comercial apoiado pelo governo na década de 1970, com o apoio de, entre outros, Israel e Iraque (NTI 2009). Originalmente, a carga destinada a esses mísseis era mais provável que seria a de "dispositivos de fissão do tipo arma" desenvolvidos na África do Sul entre 1971 e 1989 (Stumpf 1995).

Tabela 4: Série de Mísseis da África do Sul

Nome do Míssil	Tipo	Trajetória (km)	Massa da ogiva (kg)
RSA-1	Alcance intermediário, míssil balístico de estágio único	1 100	1 500
RSA-2	Alcance intermediário, míssil balístico de estágio único	1 900	1 500
RSA-3	Veículo de lançamento orbital de combustível sólido	Informação não disponível	Informação não disponível
RSA-4	Propulsor-sólido	Informação não disponível	700

Fonte: NTI (2010)

Em 1978, a Kentron Mísseis, uma subsidiária da estatal Armscor, foi estabelecida como a fabricante de mísseis do país (NTI 2009)⁶. Em 1983, o governo Sul-Africano anunciou a sua intenção de fechar o campo de testes de St. Lucia e construiu um novo campo, o Overberg Toetsbaan (OTB) na Reserva Natural de De Hoop em Overberg, no Cabo Ocidental. Este desenvolvimento sinalizou uma nova era para capacidade de mísseis da África do Sul.

O declínio da força relativa da Força Aérea Sul-Africano (SAAF) em Angola no início de 1980 mostrou que a SADF necessitaria um apoio substancial para combater a superioridade aérea angolana que incluía 140 aeronaves táticas soviéticas como MiG-21, MiG-23 e Su-22. Corsários da África do Sul, Mirage-III e Mirage F-1, foram largamente ultrapassados em número e eram tecnologicamente inferiores (ONU 1991, 23). Sentindo o impacto do embargo internacional de armas e o poder militar das forças angolanas, cubanas e soviéticas combinadas na fronteira norte da África do Sudoeste, a instituição militar sul-africana aumentou os esforços para melhorar as capacidades de armas do país para reduzir as baixas e continuar a combater na ofensiva. Isto incluiu a expansão das capacidades nucleares do país. Com domínio regional da África do Sul na balança, a instituição militar sul-africana começou a considerar mísseis de longo alcance para garantir os arredores do país.

Na década de 1980, de acordo com Hannes Steyn (um ex-membro do conselho da Armscor), Richardt van der Walt (um ex-gerente geral da AEC) e Jan van Loggerenberg (um ex-comandante da Força Aérea sul-africana), o arsenal de mísseis da África do Sul incluía, entre outros, mísseis ar-ar e um míssil anti-tanque (Steyn, van der Walt e van Loggerenberg 2003, 54-55)⁷. O míssil RSA-3 poderia transportar uma pequena ogiva, e foi provavelmente uma adaptação de lançamento espacial do míssil RSA-2. A fim de apoiar o seu programa de desenvolvimento de mísseis, guiado pelo governo do PN, desenvolveu uma capacidade de produção de combustível sólido nacional, o míssil RSA-4, que foi desenvolvida quando o presidente De Klerk anunciou o desmantelamento e destruição de dispositivos nucleares da África do Sul e,

⁶ Enquanto ainda estava no governo, o presidente De Klerk presidiu a criação da sucessora da Armscor, Denel (Pty) Limited, em 01 de abril de 1992.

⁷ Steyn, van der Walt e van Loggerenberg estavam envolvidos em vários aspectos do programa de armas nucleares sul-africano.

posteriormente, de seu programa espacial. O míssil RSA-4 poderia ter sido capaz de transportar uma ogiva nuclear de 700 kg da África do Sul para qualquer local na África Austral (Steyn, van der Walt e van Loggerenberg 2003, 54-55).

África do Sul continuou com o seu programa de desenvolvimento de mísseis e em 5 de julho de 1989, dois meses antes do presidente De Klerk assumir o cargo, lançou com sucesso o que o governo sul-africano chamou de “foguetes intensificador”, mas o que as fontes de inteligência norte-americanas chamaram do míssil da OTB (ONU 1991, 19; NTI 2009). De acordo com a ONU (1991, 25), o alcance deste foguete era de 1450 km. No fim de 1989, o Muro de Berlim desmoronou, o que, entre outras coisas, prenunciou o desaparecimento da União Soviética e o fim da Guerra Fria. Esses eventos em cascata implicaram para a África do Sul a independência da Namíbia, a retirada das tropas cubanas de Angola e a saída da União Soviética da região.

Jogando a carta regional de novo: a África do Sul e o "dilema da adesão"

F.W. De Klerk tornou-se o presidente em exercício em 15 de agosto 1989, na sequência da demissão de PW Botha em 14 de agosto de 1989, devido a problemas de saúde. De acordo com Pik Botha, ele intimou De Klerk “que as duas principais prioridades que nos aguardam eram a liberação de Mandela e o desmantelamento das nossas bombas nucleares. Ele concordou” (Botha 2008, 12; Botha 2010).

Em setembro de 1990, uma declaração escrita emitida por Pik Botha foi divulgada na 34ª Sessão Ordinária da AIEA GC. Na declaração Botha indicou que a África do Sul estava “preparada” para aderir ao TNP, mas com uma ressalva, “em um contexto de compromisso igual pelos outros Estados da região da África Austral” (África do Sul 1990, 2). Além disso, Botha indicou também que seu governo desejava iniciar conversações com a AIEA sobre a celebração de um Acordo de Salvaguardas (África do Sul 1990, 2). O esforço diplomático sul-africano valeu a pena: o diretor geral da AIEA indicou que a agência estava pronta para iniciar negociações com a África do Sul “sem demoras” (ONU 1991, 11).

A comunidade internacional previu que a adesão da África do Sul ao TNP criaria uma "condição favorável para que outros países resistentes na

região o assinassem também." Estes "resistentes regionais" incluíam Argélia, Angola, Djibuti, Mauritânia, Moçambique, Níger, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. A ONU acrescentou que, "desta forma, juntando-se ao TNP permitirá aumentar significativamente o lugar da África do Sul na comunidade internacional e reforçar o Tratado" (ONU 1991, 14). Em março de 1990, a África do Sul informou outros Estados que iria aderir ao TNP sob a condição de que certos Estados da Linha de Frente fizessem um compromisso similar. De Klerk repetiu essa posição em uma carta ao presidente dos EUA, George HW Bush, de 31 de Agosto de 1990. De Klerk mencionou que o Estados da Linha de Frente fizeram da renúncia da África do Sul de suas armas nucleares uma condição para a sua adesão ao TNP. De Klerk também indicou a Bush que a África do Sul tinha a intenção de abrir "todas" as instalações do Sul, independentemente se o país aderisse ao TNP, em novembro de 1991. De Klerk delineou o "dilema que a adesão ao Tratado possui atualmente", ou seja, os desafios associados à transição política do país (De Klerk 1990). Além disso, o "dilema de adesão" significa que o governo de De Klerk não deveria ser visto como cedendo às exigências estrangeiras nas fases iniciais da transição do país. De Klerk também expressou seus temores da "exploração política" da adesão da África do Sul e sugeriu que uma iniciativa dos três estados depositários deveriam começar, a fim de intermediar a adesão dos Estados da Linha de Frente ao TNP, com o objetivo de "criar o contexto necessário para a África do Sul aderir ao Tratado com a maior brevidade possível "(De Klerk 1990).

Em junho de 1991, Pik Botha anunciou que o governo da África do Sul pretendia reverter seus anos de oposição ao TNP e assinar o Tratado. Na época, o New York Times (21 de março de 1990) relatou que o desenvolvimento que "parece ter oscilado em favor da assinatura do Tratado, segundo funcionários" era uma garantia dos EUA, do Reino Unido e da URSS que "por razões processuais" a AIEA:

[...] não estaria em condições de começar a inspecionar as plantas da África do Sul por cerca de dois anos depois da assinatura. A Grã-Bretanha também assegurou à África do Sul que se assinasse o tratado, os países europeus estariam propensos a levantar sua proibição de cooperação nuclear com a África do Sul.

Em 8 de Julho de 1991, o *New York Times* (09 Julho de 1991) relatou que Pik Botha assinou a adesão da África do Sul ao TNP em uma cerimônia em Pretória. Isso foi mais tarde confirmado pelo governo sul-africano e pela AIEA.

Conclusão

Em busca de segurança e supremacia, a África do Sul não deixou pedra sobre pedra. Na verdade, ela desenvolveu não um, mas seis dispositivos nucleares para garantir a sua proteção (De Klerk 1993). Considerando que a África do Sul empregou uma estratégia de dissuasão nuclear desde os anos 1970, Pik Botha admitiu que ele estava convencido de que a África do Sul nunca usaria uma arma nuclear na região, mas que seu verdadeiro valor era que as armas nucleares da África do Sul constituíram uma forma dissuasão na região. De acordo com Botha:

Os militares sul-africanos acreditavam que era um poderoso dissuasor, e deveria ser mantido, não como uma arma de campo de batalha, mas como um elemento dissuasor. A questão era – particularmente após a incursão em Angola – onde iriam parar os soviéticos? Se eles avançaram em Angola, e, em seguida, Botsuana e Zimbábue, a área industrial do Witwatersrand estaria dentro do alcance dos aviões soviéticos. Isso seria potencialmente desastroso para a segurança e a sobrevivência do Estado sul-africano. Portanto, armas nucleares poderiam ser usadas como um elemento de dissuasão contra esse avanço, e como um meio para obter ajuda ocidental – seguindo a linha a menos que você nos ajude, vamos largar a bomba. Pessoalmente, eu não acho que isso iria funcionar, ou que armas atômicas jamais seriam usadas - e eu acreditava que o Ocidente iria perceber isso. A África do Sul tinha muito mais a perder se houvesse um conflito nuclear com a União Soviética (Botha 2008, 11).

No entanto, Botha tem o luxo da retrospectiva que não existia durante o período em discussão. Para governo minoritário da África do Sul, as ameaças ao país eram reais e requisitavam todos os esforços necessários para conter o avanço do comunismo e todos os que ameaçam o regime branco. Portanto, o país empregou várias estratégias de sobrevivência que vão desde esforços

diplomáticos, como o "beleid uitwaartse", até a intervenção (Angola, 1975), e incursões transfronteiriças, sequestros e assassinatos na África Austral. Além destes, o país empregou uma ideologia nacionalista para defender o *laager*, angariar apoio para suas políticas de guerra de fronteira e de desestabilização. Esforços públicos para angariar a simpatia nacionalista foram complementados com o sigilo, manobras dilatórias e cooperação selectiva com os Estados na África Austral e em outros lugares. Para os países da região, o legado das políticas do apartheid da África do Sul pode persistir. O que está claro é que as ambições da região no pós-Guerra Fria e no pós-apartheid para caminhar em direção a uma unidade mais próxima permanece indefinida.

REFERÊNCIAS

- Barber, J., and J. Barratt. 1990. *South Africa's foreign policy: the search for status and security, 1945-1988*. Johannesburg: Southern Book Publishers.
- Betts, R. K. 1979. "A diplomatic bomb for South Africa?" *International Security* 4(2): 91-115.
- Botha, P. 2008. "Former South African Foreign Minister RF 'Pik' Botha in an interview with Dr Sue Onslow". Interview conceded on July 15. Accessed on May 06, 2013: <http://www2.lse.ac.uk/IDEAS/programmes/africaProgramme/pdfs/bothaInterview.pdf>.
- Botha, P. 2010. "Interview". In: *From Verwoerd to Mandela. South African diplomats remember. Volume 3: Total onslaught to normalisation*, compiled by P. Wolvaardt, T. Wheeler, and W. Scholtz. Johannesburg: Crink Publishing.
- CIA. 1984. "Trends in South Africa's nuclear security policies and programs." *National Intelligence Estimate*. October 03.
- De Klerk, F. W. 1990. "Letter to US President George H.W. Bush." 31 August. Bush Presidential Library.
- De Klerk, F. W. 1993. "Matters relating to nuclear non-proliferation treaty, violence, negotiation and the death penalty." Statement by the State President to a Joint Sitting of Parliament, 24 March. Hansard, col 3465-3478.
- DFA. 1977. "To all Heads of Mission: South Africa nuclear bomb charges." August 26. Department of International Relations and Cooperation (DIRCO), Archive file 137/11 and 137/11/23, DIRCO, Pretoria.
- DFA. 1981. "Directive for discussions of nuclear matters with United States authorities." 28 March. DIRCO Archive, Pretoria.
- Gould, C. 2009. "The nuclear weapons history project". In *Paper Wars: Access to information in South Africa*, edited by K. Allen. Johannesburg: Wits University Press.
- IAEA. 1984. "South Africa's nuclear capabilities." Resolutions adopted during the 266th plenary meeting on September 28, 1984. Accessed on April 22, 2013: <http://www.iaea.org/>.

- New York Times*. 1990. "South Africa seen as ready to sign nuclear pact." March 21. Accessed on September 21, 2011: <http://www.nytimes.com/1990/03/21/world/south-africa-seen-as-ready-to-sign-nuclear-pact.html?scp=20&sq=SOUTH+AFRICA+NUCLEAR&st=nyt>.
- New York Times*. 1991. "South Africa signs a treaty allowing nuclear inspection." July 9. Accessed on September 21, 2011: <http://www.nytimes.com/1991/07/09/world/south-africa-signs-a-treaty-allowing-nuclear-inspection.html?scp=15&sq=SOUTH+AFRICA+NUCLEAR&st=nyt>
- NTI. 2009. "South Africa missile chronology." Accessed on April 19, 2012: http://www.nti.org/media/pdfs/south_africa_missile.pdf?_id=131646679
- NTI. 2010. South Africa profile: nuclear overview. January. Available at: http://www.nti.org/e_research/profiles/SAfrica/Nuclear/index.html. Accessed on: 9 April 2010.
- Oyebade, A. 1998. "African security and nuclear weapons: past fears and future relevance." In: *Africa after the Cold War. The changing perspectives on security*, edited by A. Oyebade and A. Alao. Trenton: African World Press.
- Rand Daily Mail*. 1977. "PM tells when US turned against SA." October 03: 3.
- Saunders, C., and S. Onslow. 2009. "Cold War and Southern Africa, 1976-1990." In *Cambridge History of the Cold War. Volume III*, edited by A. Westad and M. Leffler. Cambridge: Cambridge University Press.
- Saxena, S.C. 1998. "Disarmament: the African perspective." *Strategic Analysis* XXII: 993-1017.
- Seiler, J. 1982. "South Africa in Namibia: persistence, misperception, and ultimate failure." *The Journal of Modern African Studies* 20(4): 689-712.
- Slabber, J. 2012. "South African weapons programme: Development of explosives." Presentation to the conference 'Historical dimension of South Africa's nuclear programme', Monash South Africa, Pretoria, South Africa, December 9-12.

- Steyn, H., R. van der Walt, and J. van Loggerenberg. 2003. *Armament and disarmament. South Africa's nuclear weapons experience*. Pretoria: Network Publishers.
- Stumpf, W. 1995. "Birth and death of the South African nuclear weapons programme." Paper presented at the '50 years after Hiroshima' Conference, organised by USPID (Unione Scienziati per Disarmo), Castiglioncello, Italy, September 28 to October 02. Accessed on April 19, 2012: <http://www.fas.org/nuke/guide/rsa/nuke/stumpf.htm>.
- South Africa (Embassy Washington). 1977. "South Africa and the bomb." Telegram No 273, August 31. DIRCO Archives, Pretoria.
- South Africa (Government of). 1990. "Statement on South Africa's position on accession to the Nuclear Non-Proliferation Treaty." Statement conceded on September 17 at the International Atomic Energy Agency during the 34th regular session of the General Conference. Communication received from South Africa. Accessed on May 06, 2013: http://www.iaea.org/About/Policy/GC/GC34/GC34InfDocuments/English/gc34inf-290_en.pdf.
- TRC. 2003. "The former South African government and its security forces." Volume 6, section 3, chapter 1. Accessed on May 06, 2013: http://www.info.gov.za/otherdocs/2003/trc/3_1.pdf.
- United Nations. 1991. "South Africa's nuclear-tipped ballistic missile capability." Report of the Secretary General, A/45/571. New York: UN.
- Väyrynen, R. 1977. "South Africa: a coming nuclear power?" *Instant Research on Peace and Violence* 7(1): 34-47.
- Venter, A. J. 2008. *How South Africa built six atomic bombs and then abandoned its nuclear weapons program*. Kayalami Estate: Ashanti Publishing.
- Wallenstein, P. 1971. "Dealing with the devil: five African states and South Africa." *Instant Research on Peace and Violence* 1(3): 85-99.

RESUMO

Atividades nucleares da África do Sul do apartheid na África Austral têm uma longa história. Além de, entre outros, o desenvolvimento e a existência de pelo menos seis dispositivos nucleares, a África do Sul explorou um sítio de testes nucleares no deserto do Kalahari na fronteira de Botsuana, utilizando o urânio da África do Sudoeste (hoje Namíbia independente) como o seu mandato Classe C e empregou uma estratégia de dissuasão nuclear em resposta ao apoio da União Soviética a Angola e aos movimentos de libertação da região. Isso suscitou respostas dos chamados Estados da Linha de Frente, bem como os membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADCC). Portanto, o objetivo desta contribuição é determinar a extensão das atividades nucleares da África do Sul, bem como o seu impacto sobre a região. Baseado em pesquisa de arquivos, o artigo pretende fazer uma contribuição ao estudo da região, à evolução da integração regional na África Austral e aos estudos sobre Guerra Fria no sul da África.

PALAVRAS-CHAVE

África do Sul; África Austral; Armas nucleares; Impacto regional.

*Recebido em 28 de Agosto de 2014.
Aprovado em 29 de Setembro de 2014.*

Traduzido por Ana Paula Calich